



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Weliton Prado**  
Comissão Mista de Orçamento

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_ /2019**  
**(Do Sr. Weliton Prado)**

Solicita ao Ministro da Educação informações sobre o montante de recursos distribuído ao Estado de Minas Gerais para a alimentação escolar e manutenção/implantação da educação integral.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Ministério da Educação acerca do repasse de recursos para Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e para as Escolas Estaduais com vistas ao financiamento da alimentação escolar e manutenção/implantação da educação integral nos anos de 2018 e 2019, especificando:

- 1- Qual o volume de recursos repassado para a alimentação escolar do aluno matriculado no ensino integral nas escolas estaduais de Minas Gerais nos anos de 2018 e 2019 e o número de alunos considerados no cálculo;
- 2- Qual o volume de recursos repassado para implantação/manutenção da educação integral em Minas Gerais nos anos de 2018 e 2019;
- 3- Se o governo estadual encaminhou planos de trabalho e indicou escolas onde o ensino integral será oferecido em 2019.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 2019.

**WELITON PRADO**  
**DEPUTADO FEDERAL - PROS/MG**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Weliton Prado**  
**Comissão Mista de Orçamento**

**Justificação:**

Absurdamente a população e a comunidade escolar de Minas Gerais foram pegas de surpresa com a notícia catastrófica de redução do atendimento da escola em tempo integral nas escolas estaduais, o que contraria o Plano Estadual de Educação, a Constituição Estadual e Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB .

A justificativa para a medida é de que não há recursos para a alimentação escolar dos alunos do ensino integral.

Na contramão da unanimidade da importância dos programas e investimentos em educação, o novo governo estadual decidiu pelo retrocesso e adota a medida ilegal de reduzir vagas.

Segundo o jornal O Tempo do dia 10 de abril de 2019, “o governo Romeu Zema (novo) vai cortar cerca de 70% das vagas de ensino em tempo integral na rede pública. Com a medida, o número de alunos atendidos pelo programa na educação fundamental em Minas Gerais vai cair de 111 mil estudantes para 30,6 mil. Apenas 500 unidades vão oferecer o programa – atualmente são 1.600”.

Ou seja, a redução no ensino integral vai cortar 80,4 mil vagas.

Na mesma matéria, a secretária de Educação, Julia Sant’Anna, afirmou que “manteremos (o ensino integral) onde há maior vulnerabilidade social”.

Contudo, o processo é realizado sem qualquer transparência pública, sem critérios pré-definidos, sem informações adequadas. As informações são extremamente contraditórias.

Em contato com a secretaria, as poucas informações fornecidas davam contam de que uma lista de escolas selecionadas foi repassada para cada Superintendência Regional e só será pública quando as regionais enviarem os



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Weliton Prado**  
Comissão Mista de Orçamento

pedidos de alteração. E ainda, a análise está sendo feita pelo gabinete da secretaria “a portas fechadas”. Já nas superintendências, as informações são de que o governo não aceita alterações e não tem diálogo e que até mesmo quando precisam de orientação sobre como funcionará o processo, não há ninguém para atender. Os recados são anotados para retorno futuro.

Temos conhecimento de que uma escola que não fornecia o tempo integral foi incluída na lista sem qualquer possibilidade de oferecer o atendimento. Ou seja, se o problema era a falta de recursos da merenda escolar nas escolas que já ofereciam o atendimento integral, nessa unidade pré-escolhida o problema ia além, pois haveria a impossibilidade com o transporte escolar. Percebe-se que não há critérios e que escolas que já ofereciam o atendimento em áreas de vulnerabilidade social estão sendo “riscadas” da lista sem qualquer justificativa.

A Escola Estadual Tonico Batista, por exemplo, em Presidente Olegário, atende a uma demanda de aproximadamente 120 alunos de famílias carentes e de nível econômico baixo. Mais da metade dos alunos são assistidos por programas do governo como Bolsa Família e Bolsa Escola. A unidade já oferecia a Educação Integral, mas não consta da lista de escolas que oferecerão esse tipo de ensino em 2019, o que causou desespero em toda a comunidade.

O portal de notícias G1, afirmou que apenas uma das 22 unidades estaduais que tinham ensino integral em Uberlândia segue funcionando. Segundo a matéria do dia 15/04/2019, a determinação do governador Romeu Zema visa o corte de gastos devido à crise financeira. Apenas o Centro Socioeducativo de Uberlândia (Ceseu), que atende menores infratores, seguirá prestando o serviço.

Em outra matéria no mesmo dia, o portal destaca que apenas nove das 60 escolas em tempo integral da Zona da Mata e Campos das Vertentes continuam funcionando e que a medida foi anunciada pelo governador Romeu Zema (Novo) na última semana e afetou cerca de 80 mil alunos no Estado.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Weliton Prado**  
Comissão Mista de Orçamento

Ora, a oferta da educação integral, assim como da merenda escolar - inclusive para os alunos do ensino do médio que foi garantida em lei resultante de projeto de autoria do deputado Elismar Prado - é uma vitória histórica.

Há, inclusive programas do governo federal para financiar o ensino integral, alimentação e transporte escolar. Além disso, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB – regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, ampliou a distribuição dos recursos reconhecendo a importância da educação integral.

O Plano Nacional de Educação também reforça a meta de ampliar a oferta de educação em tempo integral.

O cenário da medida do governo é de desemprego de professores; de abandono de 80 mil alunos que já tinham como rotina a educação integral e agora serão “jogados” na rua a própria sorte, estando mais propícios as investidas do tráfico de drogas, a violência e a criminalidade; de pais, mães, professores e diretores desesperados com o futuro das nossas crianças e jovens.

A atuação de um governo, seja ele qual for, passa por dar à educação as prioridades e investimentos necessários. Os nossos alunos serão resultados da qualidade da educação que lhes é oferecida, assim como a nossa sociedade.

Justificar a redução drástica de um programa tão necessário como o de educação integral por falta de recursos para merenda escolar beira o absurdo. O governo, infelizmente, resolveu dar um tratamento de corte de gastos linear na perspectiva “doa a quem doer”, sem respeitar a legislação e as características sociais/abrangências e alcance dos programas, mas poupando grupos econômicos específicos que não tiveram ainda suspensos seus benefícios fiscais.

Sabe-se que os estados precisaram encaminhar em 2018 planos de trabalho e indicação de escolas onde o ensino em tempo integral seria



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Weliton Prado**  
**Comissão Mista de Orçamento**

implementado/mantido no ano de 2019, para assim receber o dinheiro dos programas do governo federal objetivando utilizar os recursos, entre outras coisas, para remuneração de professores e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; aquisição de material didático-escolar; manutenção de programas de transporte escolar e de merenda escolar.

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeremos as informações aqui solicitadas.